

“Visão de liberdade”: dos presos da Penitenciária Estadual de Maringá aos alunos com deficiência visual, uma história contada em radiodocumentário¹

Aline Boone GONÇALVES²
Eloíse Fernandes de Sousa SANTOS³
Vinícius Durval DORNE⁴
Centro Universitário de Maringá, Maringá, PR

RESUMO

O presente trabalho buscou retratar, a partir de um radiodocumentário, os alcances e limitações do projeto “Visão de Liberdade”, desenvolvido desde 2004 pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), da Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR), em parceria com a Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). No referido projeto, os presidiários produzem materiais destinados a deficientes visuais das escolas públicas do Paraná, bem como de outras regiões do Brasil que também recebem atendimento do CAP. Por meio de entrevistas com os participantes e de pesquisa de campo e teórica, o produto jornalístico reflete como a iniciativa resulta em benefícios tanto para os alunos com deficiência quanto para os presidiários que trabalham no “Visão de Liberdade”.

PALAVRAS-CHAVE: Radiodocumentário; Penitenciária Estadual de Maringá; “Visão de Liberdade”; Inclusão Social; Trabalho Prisional

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as relações sociais ao longo do tempo foram permeadas por desigualdades e exclusões. Grupos considerados inferiores, seja por questões financeiras, cor, deficiências, entre outros fatores, sempre estiveram às margens da sociedade. Essa exclusão ocasionada pelo próprio corpo social é, segundo Foucault (2004), um dos motivos que leva o indivíduo à delinquência.

Para manter ainda mais afastado e punir aqueles indivíduos que já haviam sido excluídos dessa estrutura social, foram criadas as prisões e mecanismos de punição, modificados ao longo da história. Foucault (2004) ressalta que no berço de sua criação, ainda no regime Feudal, o cárcere era um local provisório para deixar os criminosos que aguardavam julgamento e que seriam submetidos ao suplício, uma penalidade que contava

¹ Trabalho submetido ao XX Prêmio Expocom 2013, na Categoria “Jornalismo”, na modalidade “Produção laboratorial em audiojornalismo e radiojornalismo (avulso)”.

² Aluno líder e recém-graduada do Curso de Jornalismo, e-mail: alineboonejor@gmail.com.

³ Recém-graduada do Curso de Jornalismo, e-mail: eloise_fernandes@hotmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Mestre e doutorando em Linguística e Língua Portuguesa. Professor do Curso de Jornalismo, e-mail: dorne.vinicius@gmail.com.

com esquartejamento, fogueira, guilhotina, forca, e outras formas de execução em praça pública.

Com o passar do tempo e, por mais paradoxal que pareça, a prisão tornou-se mais humanizada e esses rituais de pavor deram lugar a pena privativa de liberdade, acompanhada de estratégias para tentar recuperar esse sujeito, torná-lo útil e devolvê-lo para a mesma sociedade que o excluiu.

Foi refletindo sobre as formas de garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, bem como daqueles com deficiência na atual sociedade, que os pesquisadores decidiram se dedicar ao estudo do tema do presente trabalho: o projeto “Visão de Liberdade”, desenvolvido pela Secretaria de Justiça e da Educação do Estado por meio da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) e pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP). No projeto, os internos da referida instituição prisional produzem materiais destinados ao ensino de alunos cegos, grupo que, em tempos não muito remotos, também foi excluído do convívio social. A partir do radiodocumentário, buscou-se observar quais são os limites e alcances do referido projeto, a rotina de produção dos materiais, a recepção do conteúdo adaptado pelos deficientes, enfim, como os sujeitos estão envolvidos em torno do “Visão de Liberdade”.

O projeto, segundo os coordenadores, tem como principal objetivo a ressocialização dos detentos, por meio da qualificação profissional e humanização e a inclusão social dos deficientes visuais, que, sem esses materiais, teriam dificuldades na aprendizagem.

Segunda Silva (2003), a ressocialização consiste na humanização do detento durante sua passagem pela prisão, focalizando a pessoa que cometeu determinado crime como centro da reflexão científica. Para este trabalho, o termo “ressocialização” foi utilizado com o mesmo significado atribuído por Silva (2003), o de interação entre prisão e a sociedade, a partir do qual os presidiários podem se sentir parte integrante da sociedade, e esta reconheceria as garantias do direito de pessoas em regime prisional. Conforme Menezes e Franklin (2008 p.3), incluir “[...] significa estar incluído nas atividades socioeconômicas de seu país, ter desenvolvimento educacional, acesso às novas tecnologias da informação e do conhecimento, para uma ação participativa junto à sua comunidade”.

Dentre os materiais elaborados na PEM, está o material em braile, instrumento imprescindível para a inclusão social do aluno com deficiência visual, bem como as maquetes em relevo e os próprios livros falados, gravados em um estúdio próprio, no qual os presidiários fazem a locução e edição, transformando esse material em *audiobooks*.

Os internos envolvidos no trabalho são beneficiados pela redução da pena em um dia para cada três dias trabalhados, o que, segundo o Departamento de Qualificação da PEM (2012), também contribui para o fortalecimento da autoestima e a restituição da cidadania dos presidiários.

Desta forma, a temática deste trabalho é o desenvolvimento de um radiodocumentário que busca refletir sobre os resultados do projeto na efetiva inclusão e ressocialização dos dois grupos envolvidos. O radiodocumentário foi escolhido, pois privilegia a possibilidade de aprofundamento informativo, imersão maior do jornalista sobre o assunto ao qual se debruça.

O embasamento teórico para montar o produto jornalístico nesse formato radiofônico foi obtido em Mcleish (2001), Ferrareto (2000), Barbosa Filho (2003) e César (2005). Autores indispensáveis para a compreensão da estrutura do gênero.

Com base em uma apuração jornalística, o radiodocumentário discute os desafios e os benefícios do referido projeto, com a perspectiva de inclusão de ponta a ponta, isto é, tanto de alunos com deficiência quanto dos presidiários. Para isso, os pesquisadores ouviram e buscaram histórias de pessoas que participam do projeto, para constatar se houve e quais foram às contribuições deste para a ressocialização ou inclusão social.

Filho (2003) define o radiodocumentário como um meio de “[...] investigação sobre um fato ou conjunto de fatos reais, oportunos e de interesse atual, de conotação não artística”. O mesmo autor diz que esse produto é resultado de um trabalho de montagem do áudio capturado, que incluem depoimentos gravados com as fontes e *offs* produzidos e gravados pelos repórteres.

Além de autores do campo jornalístico, o embasamento teórico também foi obtido por autores que não têm relação direta com a comunicação, mas de essencial importância para a contextualização de alguns tópicos abordados, como Michel Foucault (2004), que faz um histórico da prisão e da governamentalidade do sujeito; César Roberto Bitencourt (1999), que trabalha aspectos referentes à origem da prisão e os motivos de seu colapso; Erving Goffman (1996), que teoriza as questões psicológicas referentes ao ambiente de reclusão; Roberto Silva (2001), que trata aspectos ligados a reabilitação do indivíduo por meio do trabalho prisional; Meneses e Sousa (2010), que tratam a questão disciplinar do sujeito como forma de torná-lo apto ao convívio social e outros.

No que concerne à inclusão social, foram utilizados os conceitos de Gilberta Jannuzzi (2006), quando traça um histórico da inclusão social no Brasil; Paula, Silveira e

Nozu (2010), que tratam dos direitos dos deficientes no que concerne a legislação; Patrícia de Jesus (2007), que trabalha os conceitos de inclusão social; e Menezes e Franklin (2008), que tratam da tecnologia como aliada no ensino e na produção de materiais para os deficientes visuais.

Esses autores contribuíram para o direcionamento adequado de cada tema mencionado, tentando traçar um histórico das prisões, do surgimento até sua configuração nos dias de hoje, bem como da questão da inclusão social, desde os primórdios até a contemporaneidade, com suas conquistas e quebras de paradigmas. Do mesmo modo, foram utilizados autores que contextualizam o trabalho prisional, para entender de que modo essa atividade pode ou não contribuir para a humanização do preso, para a diminuição da ociosidade e para uma posterior mudança de pensamento e comportamento social.

O radiodocumentário produzido a partir do estudo traz os resultados do projeto de maneira aprofundada e mostra que, iniciativas como esta, podem dar certo e contribuir para a humanização das prisões, bem como para a inclusão do deficiente visual que, ainda hoje, enfrenta grandes dificuldades.

2 OBJETIVO

Refletir, a partir da construção de um radiodocumentário, o funcionamento do projeto “Visão de Liberdade”, procurando observar se o mesmo atende às expectativas para as quais foi proposto, de inclusão social dos deficientes visuais e a ressocialização dos presidiários que produzem o material dentro da Penitenciária Estadual de Maringá.

3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deve-se à função e à importância do jornalismo em dar visibilidade a projetos sociais, por meio da produção de um radiodocumentário que visa à profundidade informativa e a imersão do jornalista no assunto abordado.

Para a área do jornalismo, o trabalho apresenta relevância na medida em que contribui para a reflexão sobre a eficiência de alguns projetos de cunho social, principalmente ao utilizar técnicas jornalísticas e de um produto essencialmente jornalístico para obter os resultados e constatações e promover a reflexão pretendida.

Os pesquisadores optaram por fazer um radiodocumentário, pois, ao mesmo tempo em que dão visibilidade a um assunto de relevância social, colocam em prática as técnicas

aprendidas durante a graduação para discutir a aplicabilidade e a eficiência do projeto “Visão de Liberdade” e, principalmente, podem almejar despertar a capacidade crítica e de reflexão dos sujeitos em relação à sociedade, ao mesmo tempo em que expõe o papel desempenhado pelos meios de comunicação e pelos profissionais da área.

A escolha do rádio como veículo de transmissão se deu porque o radiojornalismo foi a área que despertou mais o interesse dos pesquisadores durante a graduação. Além disso, o veículo é privilegiado pela agilidade que proporciona em difundir informações e pelo grande alcance de público. É também um veículo popular caracterizado pela linguagem oral, pelo baixo custo e pelo imediatismo.

O rádio também possibilitou aos pesquisadores a inserção de trechos do material original produzido pelos reclusos ao produto final, já que além da produção de livros em braile e maquetes em alto-relevo, os presos também trabalham com livros falados, o que serviu na montagem do produto jornalístico. Assim, procurou-se criar um radiodocumentário – produto exclusivamente sonoro – para tratar de um projeto que envolve a importância da oralidade como instrumento de inclusão social, partindo dos livros falados para o radiodocumentário: “a voz falando da própria voz”.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para que o objetivo proposto fosse alcançado, foi efetuado, num primeiro momento, levantamento bibliográfico referente à temática – tanto em relação ao projeto desenvolvido na Penitenciária Estadual de Maringá, quanto a respeito da prática de construção do radiodocumentário, da história do rádio, do trabalho prisional, da ressocialização, da inclusão e das prisões de modo geral.

Após o levantamento das bibliografias, foram elaborados roteiros de pesquisa e entrevistas semi-abertas, necessários para buscar informações junto aos personagens e fontes ligadas ao projeto “Visão de Liberdade. Depois de concluídos os roteiros de pesquisa e aprovados pelo orientador, foram iniciadas as entrevistas, ao mesmo tempo em que os pesquisadores deram início ao memorial descritivo.

Entre os entrevistados para o radiodocumentário, está o diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, Vaine Gomes, que explanou sobre a iniciativa da PEM em adotar um projeto pioneiro no Paraná, que serve de modelo para outras unidades prisionais, na busca da humanização e ressocialização do preso. Outra fonte ouvida é o um dos coordenadores

do projeto dentro da PEM, Paulo Magalhães, responsável pela Divisão Ocupacional e de Qualificação (DIOQ). As fontes contextualizam o histórico do projeto e informações gerais, os objetivos e os resultados alcançados pelos detentos, além de informações sobre os outros benefícios que os reclusos obtêm por meio desta iniciativa, como a diminuição da pena.

Foi entrevistado, também, o psicólogo da PEM, Dagoberto Dias Ribeiro, que trabalha no projeto desde o início e é o responsável pela seleção e acompanhamento dos presos. O profissional pontua o nível de interesse dos detentos em participar do projeto, como é feita a seleção e se, realmente, é possível uma reinserção social. Além disso, esta fonte traça um comparativo entre o comportamento dos envolvidos antes e depois do projeto.

Foram entrevistados, também, os presidiários que participam do projeto. Com eles, os pesquisadores buscaram informações referentes aos benefícios que o “Visão de Liberdade” lhes trouxe, o motivo do envolvimento com o projeto, a perspectiva da ressocialização e o grau de conscientização de que estão produzindo materiais de cunho social importantes para deficientes visuais.

Outra fonte ouvida é a coordenadora do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Maringá (CAP), Maria Ângela Bassan Sierra. Ela contextualiza a necessidade que o Centro tem dos materiais especiais para alunos deficientes visuais, abordando também a proposta do projeto, a parceria da entidade com a PEM, além dos benefícios desses materiais para os alunos na perspectiva de inclusão social. Os pesquisadores entrevistaram também alunos deficientes visuais, pais e professores das escolas que participam do projeto. Para traçar um histórico dos benefícios e mudanças ocasionados pelo “Visão de liberdade”.

A partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas jornalísticas foi desenvolvido também um memorial descritivo com embasamento teórico sobre a temática escolhida e foi efetivada a elaboração do radiodocumentário como resumo do levantamento e tratamento jornalístico, para mostrar como o projeto “Visão de Liberdade” atende os objetivos para os quais foi proposto, os de inclusão social dos deficientes visuais e a ressocialização dos presidiários que produzem o material.

O radiodocumentário foi veiculado na Rádio Universitária Cesumar (RUC FM, 94,3), emissora educativa da instituição de ensino na qual a pesquisa foi desenvolvida, que tem como compromisso a veiculação de programas de cunho social e educativo voltados principalmente às questões regionais.

Os pesquisadores também pretendem disponibilizar o radiodocumentário na internet. A

web poderá possibilitar que mais pessoas tenham acesso ao conteúdo, sendo o produto um registro histórico do projeto “Visão de Liberdade”.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A primeira etapa a ser definida foi o tema, por se tratar de um projeto social pioneiro no Brasil, com reconhecimento nacional. Depois que o projeto “Visão de Liberdade” foi escolhido, devido ao seu papel social e ao benefício que traz aos alunos deficientes visuais e aos presidiários que produzem os materiais, buscou-se contatos com os responsáveis e os envolvidos no projeto.

Em seguida, os pesquisadores buscaram embasamento teórico sobre a ressocialização e a inclusão social que, de acordo com os coordenadores do projeto, são os pilares do “Visão de Liberdade”. Além disso, foram realizadas pesquisas sobre rádio e radiodocumentário, que são o meio e formato escolhidos para o produto proposto.

Posteriormente, foram colhidas as entrevistas, feitas as decupagens, produzido o memorial descritivo e iniciado o roteiro do radiodocumentário. Por último, foram gravados os *offs* e selecionados as sonoras e as trilhas para a montagem final do radiodocumentário.

Frente ao grande número de pessoas envolvidas e a profundidade que o assunto exige, o radiodocumentário tem a duração de aproximadamente uma hora, já que um tempo menor que esse não conseguiria abordar o tema em toda sua relevância.

Para dinamizar a transmissão e não cansar o ouvinte, o radiodocumentário foi dividido em três blocos com duração entre 15 e 20 minutos cada. No início e no fim de cada bloco, foram inseridas vinhetas de entrada e saída de bloco. Além disso, também foram utilizados na montagem do radiodocumentário fragmentos originais dos livros falados produzidos pelos presos.

6 CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste trabalho, pode-se vislumbrar que tanto a deficiência visual quanto a prisão foram vistas de diferentes maneiras na sociedade ao longo do tempo. A prisão foi criada ainda no Regime Feudal, com o objetivo de ser uma instituição provisória, que abrigaria aqueles que cometeram algum tipo de crime, até o momento de serem levados ao suplício, ou seja, rituais de horror e tortura, em público, que tinham como objetivo a confissão de crimes e a demonstração pública do poder absoluto do rei.

A deficiência visual, por sua vez, sempre esteve envolta de preconceito, restrições e exclusões. Gilberta Jannuzzi (2006) ressalta que a própria educação do deficiente, de maneira geral, nem sempre teve importância para a sociedade. O problema só recebeu um pouco mais de atenção quando se percebeu que era mais rentável preparar essas pessoas para o trabalho por meio de escolas especiais, do que mantê-las isoladas a vida inteira em asilos, manicômios ou prisões financiados pelo poder público.

Com base em estudos teóricos e pesquisas de campo, observou-se que a sociedade se deu conta de que excluir quem está fora dos padrões não é a solução para os problemas sociais. É necessário dar condições para que essas pessoas se restabeleçam, se qualifiquem, aprendam e, literalmente, “vejam” o mundo e a “si mesmas” de outra forma.

O projeto “Visão de Liberdade”, objeto de estudo deste trabalho, pode ser considerado um exemplo de estratégia social que vem dando certo. Por meio desta iniciativa, os deficientes visuais têm a possibilidade de acesso à cultura, educação e, conseqüentemente, à inclusão. Já os internos da Penitenciária Estadual de Maringá têm a possibilidade de participar do trabalho prisional, ter uma ocupação dentro da prisão enquanto cumprem penas e, mais do que isso, conforme relatado por eles próprios e transcrito no desenvolvimento deste trabalho, têm a possibilidade de humanização, de fazer uma releitura do mundo para, deste modo, praticar atitudes contrárias àquelas que os levaram para o universo do crime.

O que está envolto no trabalho prisional, para além da redução da pena, é, segundo os internos, a oportunidade de ter uma ocupação, de eliminar a ociosidade e as tensões que se escondem por trás dos muros da prisão e, sobretudo, uma gratificação muito grande por realizar um trabalho voltado para deficientes visuais, que, não fosse os materiais desenvolvidos pelos presos, teriam o ensino bastante restrito e a aprendizagem comprometida. Deste modo, o que se percebe entre os detentos são efeitos de ordem emocional, que vão além do individualismo, mas têm sua maior gratificação em poder ser útil ao benefício do próximo.

Há de ressaltar, ainda, a possibilidade destacada pelos próprios presos de acesso ao conhecimento e a cultura. Quem trabalha no setor dos livros falados ou na digitação em braille, por exemplo, tem a oportunidade de ler dezenas de livros e, por meio do conhecimento, transportar-se para além da cela, ao mesmo tempo em que gravam as obras para os deficientes visuais.

No outro viés, os deficientes também reconhecem que o projeto tem grande valia e é indispensável para que tenham acesso à cultura, desenvolvam trabalhos teóricos e tenham mais facilidade no reconhecimento dos objetos e da própria cidade em que moram.

Para contextualizar o trabalho da PEM e o que o projeto significa para cada interno, utilizou-se depoimentos e histórias de vida fornecidas pelos envolvidos, com o objetivo de dar voz aos personagens e tornar a história a mais próxima possível daqueles que a constroem, que a vivem. Também se buscou humanizar os fatos e, ao mesmo tempo, fazer com que os protagonistas narrassem o enredo e mergulhassem no tema em profundidade.

O trabalho proposto no início da pesquisa visava investigar se o projeto “Visão de Liberdade” vinha cumprindo com os objetivos para os quais foi criado, os de inclusão social e de ressocialização. Por meio de um radiodocumentário, produto jornalístico que permite profundidade informativa e a imersão no assunto abordado, pode-se mostrar que a iniciativa tem dado certo e que a própria sociedade já reconhece o projeto como um benefício social, uma forma de humanização, inclusão e recuperação para os dois grupos envolvidos.

As técnicas jornalísticas foram utilizadas para discutir a aplicabilidade e a eficiência do projeto “Visão de Liberdade” e, principalmente, para buscar despertar a capacidade crítica e de reflexão dos sujeitos em relação à sociedade e a alguns grupos excluídos que precisam de ajuda para se (re)inserir socialmente.

Destarte, ressalta-se que este é um projeto de inclusão e ressocialização que tem grande importância social. Os dois lados envolvidos nos trabalhos relataram envolvimento e benefícios a partir do “Visão de liberdade”. Cabe intervir, no entanto, que a sociedade precisa ainda criar mais estruturas para receber esses presos e incluir esses deficientes que estão sendo preparados.

De acordo com o relato de um interno, que atualmente já está no regime semiaberto, o “Visão de liberdade” é maravilhoso para os presos enquanto eles estão na cadeia, mas, muitas vezes, quando voltam às ruas, a sociedade, com todo seu convencionalismo, não está preparada para recebê-los. Do mesmo modo, ocorre com os deficientes que, apesar de já terem inúmeros direitos garantidos, ainda enfrentam barreiras físicas como locais não adaptados e o próprio preconceito, que os impedem de chegar a uma inclusão completa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas de áudio.** São Paulo: Paulinas, 2003.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Pena de Prisão Perpétua**. Revista CEJ, Brasília, v.4, N° 11. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero11/PainellV-2.htm>>. Acesso em 9 set. 2012.

CÉSAR, Cyro. **Rádio: a mídia da emoção**. São Paulo: Summus, 2005.

GONÇALVES, Aline Boone; SANTOS, Eloíse Fernandes de Sousa; DORNE, Vinícius Durval. “**Visão de liberdade**”: dos presos da Penitenciária Estadual de Maringá aos alunos com deficiência visual, uma história contada em radiodocumentário. TCC. Maringá: CESUMAR, 2012.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra - DC Luzzatto, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOFFMAN, Erving. . **Manicômios, prisões e conventos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MCLEISH, Robert; SILVA, Mauro. **Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2001.

MENEZES, Nelijane; FRANKLIN, Sérgio. **Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais**. Disponível em: <www.brapci.ufpr/download.php?dd0=10421>. Acesso em 1 mai 2012.

PAULA, P. L. ; SILVEIRA, L. S. F. ; NOZU, W.C.S. Inclusão escolar e direitos humanos : Igualdade na Diferença e Diferença na Igualdade. In: **VI Seminário de Direitos Humanos no Século XXI e IV Encontro de Direitos Humanos da UNESP**, 2010, Marília. VI Seminário de Direitos Humanos no Século XXI e IV Encontro de Direitos Humanos da UNESP, 2010.

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>>. Acesso em: 26 mai 2012.

SILVA, José de Ribamar. **Prisão: ressocializar para não Reincidir**. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf>. Acesso em 1 mai 2012.

SILVA, José Roberto. **O que as empresas podem fazer pela reabilitação do preso**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.